

FIGURAS DE SILÊNCIO

CONFISSÃO

A SERVIR DE INTRÓITO

A herança cultural que Portugal deixou no Japão, que vem, em grandeza, logo a seguir àquela que nos países de língua portuguesa criou, embora tendo influído profundamente na evolução histórica japonesa, é hoje apenas visível. Foram erguidos ali, neste meio século, duas dezenas de monumentos dedicados a portugueses ou ligados a Portugal.

Este livro vem procurar tornar conhecida em Portugal uma grande herança construída por dois povos que, tão afastados, rasgaram um caminho comum e pela primeira vez na História realizaram o verdadeiro encontro entre o Ocidente e o Oriente.

Um dia, passando em Oita, bela cidade da ilha de Kiushu, deparei num caminho com uma inscrição gravada em ripas de madeira tosca, que dizia que naquele lugar Luís de Almeida erigira o primeiro hospital do Japão. Aquele moimento, precário e pobre, que comemorava um grande feito histórico – a introdução da medicina ocidental pela primeira vez em todo o Extremo Oriente –, comoveu-me. E concebi a ambição de reavivar no Japão a valiosa herança cultural que Portugal ali ergueu nos séculos XVI e XVII. Hoje existe em Oita um grande hospital com o nome de Luís de Almeida, um grandioso monumento à obra missionária de S. Francisco Xavier, um monumento representando um missionário a tocar rabeca diante de três meninos que o seguem de boquitas abertas a cantar, um monumento de Luís de Almeida curando um doente, e até uma vaquinha a ser ordenhada para as crianças numa creche (que Luís de Almeida foi o primeiro a fundar no Japão).

Ajudei a erguer no Japão quinze monumentos comemorativos da grande obra portuguesa, um museu a Wenceslau de Moraes (outro a Portugal, em breve, em Nagasáqui), uma escola infantil com um nome português, um cortejo histórico que anualmente celebra a chegada dos Portugueses ao Japão na ilha onde primeiro desembarcaram – além da difusão da desconhecida obra de Wenceslau de Moraes,

levantamento de pilares, cruzeiros, inscrições a lembrar a actividade portuguesa e a amizade entre os dois povos (sem que o Governo Português despendesse um centavo).

O significado da vida e da felicidade – todos os sábios do Oriente e do Ocidente nos ensinam – só se encontra quando o homem se dedica a uma grande tarefa, se entrega inteiramente a uma missão e se dissolve no poder imenso que o transporta para além da existência individual.

Na modéstia das minhas possibilidades, ajudei a reviver, e continuei, uma herança valiosa que se ia perdendo. Foi uma luta combatida e vivida num fervor de cruzada, não para ressuscitar um legado histórico, mas para inserir a História na vida de hoje e de amanhã. Isto só no Japão poderia ter sido conseguido. Oxalá um dia em Portugal igual eco se levante, para que assim a obra portuguesa no Japão desça da leniente seara dos eruditos para o campo da cultura geral, e aí tome um significado vivo e universal, hodierno e criador – para que o amor entre os dois povos se engrandeça.

Neste Japão, cujo ultramodernismo deixa muito atrás a conservadora Europa, sinto-me ao mesmo tempo cidadão do mundo que explora o espaço e português das Descobertas, que foi às longes terras procurar, no pensamento e na acção, a maior dimensão humana que lhe é possível atingir. Como a Mendes Pinto e a André Malraux, o Oriente abriu novas gamas na minha sensibilidade, deu firmeza às minhas raízes e alargou a minha visão intelectual, aprofundou e alargou o meu humanismo – tornou-me mais português e mais universal. Assim, as minhas afinidades espirituais com o mundo oriental entroncam na linha secular dos Portugueses que no Oriente ergueram a mais alta grandeza de Portugal. Assim, mais afinidades encontrei com estas Figuras de Silêncio. Também eu, lá longe, me senti muita vez abandonado e sofri a saudade da minha terra.

Vivi no Japão dez anos – mais de dez anos felizes, cheios de aventuras estranhas e raras experiências humanas que cumularam de gratidão, de ternura e de graça a minha recordação. Dei três vezes a volta ao mundo. Andei por toda a Ásia. Do fundo do Japão, da impenetrável profundidade da Ásia, vem-me ainda o sopro dum imenso poema, dum poema que abraça todos os homens ignotos. Também eu deixei pelo mundo a vida em pedaços repartida. Habitei mais anos em Tóquio do que em Lisboa. O Japão está associado à minha vida interior e à minha maneira de ver o mundo. No Japão nasci como escritor. Humilde, mas orgulhoso da minha identidade e da minha origem. Foi no

Japão que decidi, por morte de minha mãe, acrescentar o seu ao meu nome de escritor; depois, os Japoneses, em jornais e em livros, alteraram-no um pouco, alteração que segui, lisonjeado, ao pensar que tal facto me torna parceiro modesto de algumas destas Figuras, às quais coisa semelhante acontecera, como a várias outras da plêiade prestigiosa dos Portugueses do Oriente, cuja companhia me desvanece. E mais me desvanece a honra de ser cidadão honorário de três cidades japonesas, distinção nunca antes concedida a um estrangeiro.

Mas o Japão, assim profundamente vivido – na amizade, na literatura, no teatro, no cinema, nas artes, na paisagem –, não me fazia, por um momento sequer, olvidar Portugal. Quando um raro português passava, trazia-o à nossa mesa, para comer do nosso pão e beber do nosso vinho. À noite, para os filhos adormecerem, cantávamos juntos uma canção japonesa de embalar, que com eles aprendi:

O-tete tsunai de	Dá-me a tua mão
No michi-ô yukeba	Pelos caminhos iremos
Minna kawai	Todos gentis
Kotori ni náte	Gorjeiam as avezinhas
Uta-ô utaeba	Canções cantemos
Kutsu ga naru	Ao som dos nossos passos.

E a seguir, a voz repassada de saudade, cantávamos uma canção transmontana que nos trazia a imagem dos campos verdes picados de papoilas e os aromas da terra primaveril:

Não quero que vás à monda,
Não quero que vás mondar,
Quero que fiques em casa
Para à noite namorar.

Sob a luz do luar que enchia o quarto onde dormíamos sobre o chão de palha de arroz, *tatami*, numa genuína casa japonesa, numa pequena ilha perdida no Mar Interior, a mil quilómetros de Tóquio, tanto, tão longe de Portugal, a cantiga profana, quase rezada, na doce serenidade da noite exótica, soava como um hino sagrado.

No Japão passei os dias mais felizes da minha vida. Ali guardo amizades queridas, ali senti a alegria plena dum trabalho que exalta e recompensa o espírito. Ali, mais do que em nenhum outro país estrangeiro, senti em toda a minha alma a grandeza do povo a que pertenço, e mais viva a saudade da minha serra. Desde a primeira vez que saí de Portugal trouxe comigo um tesouro que por toda a parte me acompanha – três pedras da minha serra (três pedras do Roboredo) e um cântaro de barro do Felgar. Eles me têm dado força para superar agruras, desafiar extremos, aguentar injustiças e agravos e caminhar no mundo com passo firme e cara ao alto. Foi a montanha originária que me inspirou o trabalho que no Japão fiz por Portugal.

Na minha já longa profissão de diplomata, em que nunca perdi uma ocasião de cultivar o espírito e os modos no convívio e na cultura das maiores cidades do mundo, mantive-me sempre fiel à minha serra e àqueles do meu sangue que lavraram com a pena ou trabalharam a terra de mãos no arado. Procurei sempre – e procuro – ser um homem autêntico e guardar límpido o amor à verdade, gratidão aos homens e às coisas – gratidão e generosidade que na serra aprendi. Cidadão do mundo – e transmontano. Tomei a minha profissão com seriedade e com modéstia, como se fosse professor (onde fervorosamente comecei e espero acabar), ou médico ou mineiro, e dei-me a ela de corpo e alma, com o orgulho de representar Portugal. Dois sentimentos profundos têm inspirado a minha vida: o amor da minha serra e a consciência de pertencer a um grande povo; o orgulho de representar o povo que é Portugal desde Afonso Henriques.

Lavro aqui esta confissão porque, nos capítulos que seguem, na narração histórica vão embrechadas experiências individuais – que são por vezes dela um prolongamento. Fernando Pessoa dizia pertencer ao número dos portugueses que depois da descoberta da Índia ficaram desempregados; eu, no Japão, encontrei a grande tarefa de aprofundar a amizade entre dois povos.

Espero ter sido capaz de fazer sentir a amizade e a grandeza que os Portugueses deixaram no Japão noutras eras e a viveza com que são ali hoje ainda recordados.

Amei, e amo, o Japão – porque, no Japão, aumentei Portugal.

Londres, Agosto de 1979

Roboredo, Alto do Talegre, 1981

(Figuras de Silêncio, pp. 15-20)

A PEQUENA ILHA JAPONESA

ONDE OS «BÁRBAROS» PORTUGUESES APORTARAM A PRIMEIRA VEZ

Tanegashima é a terra japonesa aonde primeiro chegaram os Portugueses. Em 1543. Nishino Omote é a capital da pequena ilha, que fica a uma centena de quilómetros da cidade de Kagoshima, ao sul de Kiushu, uma das três grandes ilhas do Japão. Da ilha de Tanegashima os Portugueses passaram a aproar a Kagoshima e depois a vários portos de Kiushu.

Nishino Omote ostenta, logo à entrada do seu porto, um monumento aos Navegadores Portugueses. É uma enorme estátua de pedra lusitana, de perfil moderno, erguida sobre um alto pedestal de pedra japonesa. Foi inaugurada numa linda manhã de sol, ali em frente ao mar, onde há quatro séculos fundearam caravelas.

Existia já em Nishino Omote um monumento em honra de Portugal – uma bala de canhão de mármore com inscrições alusivas à chegada dos Portugueses à ilha, em japonês e em português.

Foi ainda recentemente construída uma escola infantil que tomou o nome português de «Ninho dos Pequeninos», com uma pequena contribuição da Fundação Gulbenkian (foram os únicos dinheiros que ao Japão vieram de Portugal).

A praia onde os Portugueses primeiro desembarcaram fica em Nishimura Ko-ura. É uma longa fimbria de areia branca entre a manta verde da terra e o espelho azul do mar. Contemplei-a do cimo dum castelo de rochedos altíssimos, erguidos contra os ventos do largo, e de cuja altura se desfruta um panorama admirável sobre o oceano infinito. A este abrigo veio dar o junco dos portugueses, impelido por uma tempestade, talvez um dos tufões terríveis que no fim do Verão, princípios do Outono, costumam assolar o Japão, espalhando devastações e mortes. No alto dos rochedos foi, em 1927, levantada uma pedra rústica, de uns três metros de altura, com uma inscrição japonesa relativa à introdução da espingarda – *teppo* –, sem alusão aos Portugueses. Há ainda um pequeno templo xintoísta e uma estela de cimento com uma inscrição dedicada aos mortos da última guerra – a todos os mortos. É curioso notar que todos os monumentos aos mortos desta guerra que se vêem no Japão são dedicados a todos os mortos, de todos os países, incluindo os inimigos. Admirável sentimento humano do país mais patriótico de todos,

que aboliu os ressentimentos do patriotismo e quer lembrar e despertar apenas o sentimento de amor dos homens, da irmandade na morte. É um novo sentimento de humanidade, que finalmente começa a dealbar na consciência dos homens e a substituir o antigo culto militar dos heróis e do nacionalismo estreito.

Se Pinto não foi, na verdade, dos primeiros, empanou o brilho da primazia aos portugueses geralmente indicados, António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto, pelas indecisões e disputas que provocou a sua vanglória.

Ao menos do primeiro contacto possuímos um relato vivo e cheio de pitoresco: a *Crónica da Espingarda, Teppo-Ki*, um curto escrito de meia dúzia de páginas, embora redigido sessenta e três anos mais tarde, que nos transmite o estranho ambiente desse encontro. Desse escrito constam dois nomes que parece poderem ler-se – Zeimoto Francisco e Mota, que eram os principais do barco:

No Outono da era Tembun, aos 25 dias do 8.º mês (23 de Setembro de 1543), chegou um grande navio a Nishimura Ko-ura. Não se sabia de onde vinha. A tripulação do navio era de 100 homens. Tinham um aspecto diferente de nós. A sua língua era incompreensível. Todos que os viram ficaram admirados. Entre a tripulação, um, de nome Goho, conhecia a língua chinesa. Não sabemos o seu nome de família. Era então chefe da povoação de Nishimura um chamado Oribenojo, que conhecia a escrita chinesa. Este encontrou Goho e escreveu com o bastão na areia: «Não sabemos de que terra vêm os homens do navio». Goho escreveu em resposta: «Estes homens são negociantes do país dos bárbaros do Sudoeste» (Seinamban).

Aconselharam-nos a navegar para melhor porto, ao norte, Akaoki, aonde chegaram dois dias mais tarde. A conversa por meio dos caracteres chineses, muitos dos quais têm significado idêntico em chinês e japonês, embora a leitura seja diferente, continuou entre Goho e, agora, um erudito em chinês, o bonzo Chyuchuza.

Além do estranho aspecto dos Portugueses e das suas bárbaras maneiras de comerem com os dedos, do modo ruidoso e emotivo como falavam, o que mais chamou a atenção dos Japoneses foi as espingardas que traziam. O senhor da ilha, Tokitaka, compreendeu imediatamente o seu extraordinário valor no Japão militar, e pensou: «Isto é um tesouro singular que não tem igual na Terra.» Chamaram-lhe *teppo*, nome que ainda persiste e que teria valor decisivo no futuro do Japão, dando a vitória aos senhores

que compreenderam o alcance da nova técnica e a introduziram nos seus exércitos. O Japão encontrava-se precisamente num período de guerras intestinas, *Sengoku Jidai*, que haviam começado, com a guerra de Onin, no último quartel do século XV, e a espingarda teve um grande papel, permitindo alargar os exércitos pelo recrutamento de camponeses e contribuindo para a unificação do Japão, com Oda Nobunaga e sobretudo com Hideyoshi Toyotomi.

Além da espingarda, os Portugueses foram talvez introdutores no Japão da batata-doce, que em japonês se chama *Satsuma imo*, batata de Satsuma, a província aonde os Portugueses, com o desenvolvimento do comércio, passaram a levar os seus barcos. Há em Tanegashima um curioso templo antigo, ainda frequentado, dedicado ao espírito da batata-doce. Fui visitá-lo e depus o meu óbolo ao venerando deus do substancial tubérculo.

No recinto do templo funciona uma escola de frecheiros, uma das mais nobres artes militares do Japão, pois que a espingarda, mesmo na ilha onde primeiro apareceu, não suprimiu as armas tradicionais. Há mesmo japonesas que atiram ao arco com o fim de desenvolverem os seios.

A espingarda recebe um culto intenso nesta terra pacífica. Há um templo xintoísta à espingarda, uma dança da espingarda, e os prospectos turísticos de Tanegashima exibem uma linda rapariga envolta num quimono colorido, tendo atravessada sobre o peito uma espingarda. Não é já a arma, é o mito em que se transformou o símbolo do primeiro encontro do Japão com o Ocidente.

Como aconteceu com outros acontecimentos na História, a introdução da espingarda no Japão deu origem a uma doce história de amor.

Foi o caso que o senhor da ilha, Tokitaka, ordenou ao seu alfageme, Kimbei Kiyosada, que aprendesse a fazer espingardas. Kimbei ficou muito preocupado porque não via como lhe seria possível fabricar uma espingarda sem ao menos poder examinar um modelo. Ora Kimbei tinha uma filha, de nome Wakasa, que, segundo uma adição à *Crónica*, era de uma beleza rara (*utsukushii!*). Kimbei «levou a donzela ao navio dos mercadores portugueses e disse ao capitão: “Se me ensinardes a fundir a espingarda, dou-vos em recompensa esta minha humilde filha.” O capitão, ao ver a formosura de Wakasa, sentiu abalar-se-lhe o coração e ensinou o pai a fabricar a espingarda.»

O capitão partiu e levou consigo a donzela Wakasa. «Deste modo conseguiu Kimbei aprender o segredo de fundir a espingarda.»

Porém – continua a *Crónica* –, apesar de passar dias e meses a tentar fazer espingardas, Kimbei não conseguia rematá-las pela parte inferior, de maneira a darem fogo. Por isso, arrependeu-se de ter dado a filha em troca de um conhecimento inútil e pensava nela constantemente e com tristeza. Wakasa partira com o capitão para o mar largo e sentia também profunda saudade da sua ilha verde banhada por um mar muito azul. Poetisa, como todas as japonesas jovens, escreveu este poema triste:

Tsuki to hi mo Yamato no hoo zo natsukashiki
Waga futa-oya no aru to omoeba.

Meses e dias me pungem saudades do Yamato
Pensando nos meus pais que lá deixei.

Mostrou ela o poema ao capitão e seu senhor, «que teve dela grande dó», reza a *Crónica*. No ano seguinte, o capitão voltou à ilha de Tanegashima e trouxe consigo Wakasa, indo fundear à enseada de Kuma-no-Ura. Enquanto pais e filha se abraçavam com lágrimas de regozijo, o oportunista senhor Tokitaka pensava que «era a vontade do Céu, que assim queria que Kimbei finalmente aprendesse como se rematam por baixo as espingardas». O capitão ensinou a Kimbei o segredo que este não aprendera da primeira vez, e o armeiro nipónico produziu no espaço de um ano dez espingardas. (Enquanto ali esteve Mendes Pinto, cinco meses e meio, produziram-se em Tanegashima mais de seiscentas espingardas). Tokitaka, que tencionava servir-se das armas para a guerra, «regozijou-se muito e adestrou os seus vassallos no uso da espingarda. Assim começou a introdução das armas de fogo.» E assim encerra a *Crónica*. Não diz esta o que se passou com Wakasa, a formosa Wakasa, cujo nome significa «juventude». O resto da história é contado ainda hoje pelo povo de Tanegashima. Wakasa teve um filho, um garoto moreno como o pai e de olhos docemente alongados em amêndoa, como os da mãe. O pai não podia separar-se dele, habituara-se a brincar com ele, ensinara-lhe o linguajar da marinhagem, a gatinhar pelos cordames, e ao pôr do Sol tranquilo contava-lhe histórias da gente e da terra de Portugal, dos homens do seu sangue que de tão longe tinham vindo descobrir os segredos do mar. Decidiu levar o filho consigo; seria ele o companheiro dos longos ócios das viagens calmas quando o mar infinito e manso promete entregar o mistério de terras nunca vistas.

Wakasa sentiu o coração despedaçado ao despedir-se do homem e do filho, pequenino ao lado do pai, no convés do navio, brioso a imitar o pai no aprumo e na coragem. E, de pé, no cimo da falésia, ficou a acenar-lhes com o seu lencinho branco, longas horas, até o barco, cada vez mais pequeno, se sumir no horizonte.

E daí em diante passava as horas a chorar; a chorar e a contar os dias que faltavam para o regresso do filho querido e do homem amado. Todos os dias, pela manhã e à tardinha, Wakasa subia ao cimo da escarpa que dava sobre o mar à procura do vulto branco duma caravela. E um dia, numa manhã de sol de Outono, que é o mais lindo sol do Japão, viu surgir ao longe um navio em cujas velas pandas brilhava a cruz de Cristo. O coração não lhe cabia no peito de tanta felicidade. E pôs-se a gritar, a saltar de alegria, a fazer acenos. Tanto se emocionou, tanto se entusiasmou a acenar com as longas mangas do quimono, que perdeu o equilíbrio e caiu do alto da falésia sobre as ondas que bravejavam contra os rochedos. Morreu de alegria, feliz.

Deste modo trágico acabou o primeiro amor duma japonesa por um português. Pobre Wakasa, o seu destino era viver de saudades e morrer de contentamento.

Hoje mostram-nos a sua pequena campa no parque de Nishino Omote, que tem o seu nome, Jardim de Wakasa. Exíguo e de areia seca, sobe do tumultozinho um pequeno tronco de palmeira, muito inclinado para a terra, negro, retorcido, como se a alma dolorosa de Wakasa reencarnasse na planta torturada.

No Jardim de Wakasa foi erguido o primeiro monumento comemorativo do contacto com Portugal: – O Jardim de Wakasa, o símbolo mais belo das alianças: a aventura de um povo e o amor trágico duma mulher.

Em cada ano, realiza Nishino Omote um grande cortejo em que se evoca a chegada dos Portugueses. Porém, contra a letra das crónicas, e indiferente aos debates dos historiadores, o herói do cortejo é Fernão Mendes Pinto, que, ao lado de Wakasa, vestido de almirante, com um pomposo chapéu de penas, fato garrido e espada dourada, num galeão engalanado, armado sobre um camião, percorre a longa avenida que atravessa Nishino Omote. Na crença do povo de Tanegashima, hoje, Mendes Pinto foi o amado de Wakasa. Esta versão passou para os guias oficiais publicados pelo departamento do turismo do Japão.

Tive a sorte de ver duas vezes esse interessantíssimo cortejo, que começou com a minha primeira visita à ilha, em 1969. Da última vez, mais pomposo e importante, foi por ocasião da inauguração do monumento aos Navegadores Portugueses, que fica em

frente ao mar de Nishino Omote, o mar que os Portugueses há mais de quatro séculos abriram ao Ocidente.

O cortejo organiza-se num largo em frente a um templo xintoísta e atravessa a cidade, uns três ou quatro quilómetros, para acabar com a multidão a dançar sob as palmeiras, no Jardim de Wakasa. À frente vem uma fila de samurais nos seus fatos azuis antigos, seguidos de frecheiros armados e, no meio deles, o senhor feudal da ilha, a cavalo, também em trajos da época da chegada dos Portugueses. A seguir vem o enorme galeão luso. Dentro do galeão, Mendes Pinto e a sua formosa Wakasa, oficiais, marinheiros e missionários. Atrás do galeão, seguem a pé marinheiros portugueses com antigas espingardas ao ombro e raparigas japonesas vestidas à maneira de Viana do Castelo, com grandes arrecadas e cordões de papel dourado, xailes e lenços coloridos. A falsificação aumenta-lhes a graça e gentileza. Vêm depois os chineses – em cabaias pretas e de rabicho – que costumavam servir na tripulação dos barcos portugueses, e grupos de japoneses vestidos à moda da época e conforme as suas profissões e classes sociais, trazendo as ferramentas dos seus ofícios, com uma riqueza e variedade imensa de formas de vestuário, de cores, de inesperadas fantasias. Surge depois um carro com gueixas que cantam e dançam, e por fim um andor xintoísta, aos ombros de possantes rapazes quase nus. Fecham o cortejo centenas de crianças das escolas, de todas as idades, incluindo uma banda de música, composta de gentis moças, que toca um repertório variado, conduzido por uma dúzia de beldades que, enquanto marcham, fazem habilidades como as *majorettes* americanas, volteando nas mãos finos bastões dourados.

O longo cortejo, de mais de mil figurantes, atravessou toda a cidade de Nishino Omote, entre duas alas de povo que enchia a avenida principal, que corta a cidade de leste a oeste, e a que poucos nishinomotenses faltariam.

Quando o cortejo passou junto do mar, as dezenas de rapazes que levavam aos ombros o grande andor xintoísta – *omikoshi* – meteram-se às vagas até ao pescoço, dando grandes gritos *Oishô! Oishô! Oishô!* O andor, verde e doirado, carregado de lantejoulas cintilantes, parecia vogar na espuma, como uma gloriosa oferenda aos deuses do mar. A força pagã do espectáculo fazia vibrar de alegria a manhã luminosa. Era a celebração do antigo rito da sagração do Mar.

O cortejo continuou para o Jardim de Wakasa, onde os figurantes se dispersaram, sentando-se em grupos, à sombra das palmeiras.

Por fim, foram depostas flores no monumento aos Primeiros Portugueses.

Vai agora começar a parte mais alegre do espectáculo – as danças. O Japão não concebe uma celebração ou cerimónia importante sem dança. Há danças da pesca, da apanha do arroz, da colheita do chá, do amor e da morte: pode dizer-se que todas as actividades e fases da vida do homem são expressas na dança. No templo, oferecem-se danças sagradas para orar aos deuses e implorar-lhes favores e colheitas férteis; e dança-se alegremente nos dias dos mortos, em Agosto, em sinal de regozijo porque os mortos queridos vêm passar três dias no seio das famílias, na companhia de filhos, netos, pais, tios e avós.

No Jardim de Wakasa dançaram-se, pois, as mais variadas e formosas danças. Variadas na cor dos quimonos, na forma dos chapéus, nos temas das canções. Desde as sofisticadas danças chinesas, que penetraram pelo Sul do Japão há mil anos, às danças rústicas alusivas aos trabalhos dos campos, e, no final, a *teppo odori*, a dança da espingarda: uma exibição surpreendente, um espectáculo de graça e exotismo como eu nunca vira neste estranho Japão.

As celebrações, porém, não terminaram. A parte principal fora reservada para o final. Depois de toda a gente descansar, beber chá e comer o seu *obento*, uma breve merenda em caixinhas de madeira – os Japoneses são muito sóbrios no comer –, reconstituiu-se o cortejo e dirigiu-se para a praça onde de manhã fora inaugurado o monumento aos Navegadores Portugueses.

A massa de povo espalhou-se em redor da estátua, deixando um lado livre para o espectáculo que ia seguir-se: um exercício de tiro e de ataque de guerra com pesados arcabuzes do tempo da chegada dos Portugueses. Os arcabuzeiros, vestidos à maneira da época, em quimonos de grosso pano vermelho, obedeciam aos comandos gritados asperamente por um senhor samurai. As descargas repetiam-se, estrondosas, os soldados moviam-se em várias formações tácticas. Todos os arcabuzeiros pertencem a um clube que pratica hoje o tiro por meio do *teppo*, a arma introduzida por Portugal há quatro séculos. Caso estranho e admirável neste povo: a capacidade para conservar vivas todas as tradições, para nada deixar morrer do passado, e ser capaz, ao mesmo tempo, de absorver e criar as invenções da técnica mais moderna. Nesta ilha de Tanegashima, onde se fazem descargas de arcabuz diante de um monumento a Portugal, lançam-se também mísseis teleguiados com satélites espaciais.

O fumo das descargas dos arcabuzes, em nuvem densa subindo à volta do monumento aos Navegadores de Portugal, da autoria de António Duarte, deixava, ora suspensa no ar, ora escondida, a estátua alterosa, transformando-a por momentos na

visão irreal de um Passado fundido no Presente, como o navio que a vaga ora esconde, ora revela.

Antes de partir, contemplei longamente aquela pedra portuguesa que ali ia deixar para talvez não vê-la mais, e tomou-me então uma grande saudade de Portugal. Tornava-a mais intensa aquele mar, ali perto argênteo, ao longe de oiro puro, onde singraram caravelas, e agora, neste momento, deuses pagãos brincavam – no Japão ainda hoje, como na antiga Hélade, a Terra e o Mar são povoados de deuses, que lhes dão um acréscimo de vida, de beleza e de poesia. No templo xintoísta, ao fundo, o Espelho sagrado reflectia o Sol, de que é símbolo, trazendo a presença da divina Amaterasu, que um dia fui invocar, ao nascer do Sol, no cimo do sagrado monte Fuji, em preito ao povo japonês, do qual é benévola protectora. Contemplando aquele símbolo dos homens do mar, senti, pela primeira vez, tão distintamente como se sente palpitar o coração, que a alma se me iluminava e me erguia à grandeza dum momento raro.

E, diante daquela multidão de japoneses, comecei, vibrante, a dizer, em português, o meu discurso:

Aqui, em frente ao mar antigo, quisestes erguer um monumento à coragem. Aos homens de coragem que há mais de quatro séculos, cortando o mar desconhecido, aqui vieram só pela aventura humana de encontrar-vos. Não vinham apenas de estranha e longínqua terra, vinham de outra civilização – confiados na amizade dos novos homens que procuravam – trazer-vos a cultura da Europa.

O homem nasceu para ousar: «Viver não é necessário, é necessário navegar», era a sua divisa. Arrojados criadores de novo entendimento entre os homens foram os navegadores que esta pedra lusa simboliza. E audazes foram os Japoneses, que, a alma ao Oriente fiel, inspirados na civilização do Ocidente, criaram um grande país e estão a continuar o caminho da nova civilização universal que o Ocidente e o Oriente abraça.

Assim nós, homens do Presente, encontramos o sentido da vida dos homens do Passado naquela comunhão de espíritos de que têm nascido as grandes obras que o tempo guarda.

Em nome de Portugal, entrego à ilha de Tanegashima este monumento – não só para que ele fique a testemunhar a amizade do Passado, mas para que ele dê corpo a um grande sonho de beleza e fraternidade, e o leve, como uma semente, aos homens do Futuro.

Estas palavras portuguesas encontravam perto, nas vagas, ecos de há quatro séculos. Os japoneses escutavam, aturdidos e atentos. E, assim, todos estivemos à altura duma jornada de glória.

Liga-me a Tanegashima uma recordação profunda. A primeira vez que pisei a ilha tomou-me um estranho sentimento de comunhão com o passado, com os portugueses que ali desembarcaram de olhos ávidos da nova terra. Em cada dia que ali passei, não pude subtrair-me a essa presença absorvente. No isolamento duma pequena ilha do fim do mundo, a imaginação pode ser tão intensa, a recordação tão viva, que se perde a noção do tempo, e o passado tenta-nos como se fosse realidade agora. Do pico da falésia de Nishimura Ko-ura, ao olhar longamente as grossas ondas a bater na longa tira da praia, tive a ilusão de entrever o grupo de portugueses e chineses, exaustos e destroçados pela procela, saltarem dum junco negro desmantelado e arrastarem-se pela areia branca a pedir agasalho.

No regresso a Nishino Omote, a estrada é ladeada de palmeiras, pinheiros e mato verde; de quando em quando rasga-se uma abertura que deixa ver o mar espumando contra praias pedregosas.

Voltámos tarde do longo passeio a Nishimura Ko-ura e não houve tempo já para ir ver a estação de lançamento de mísseis. Na manhã seguinte, acordou-me, com o sol, a voz dum missionário italiano que na véspera me havia narrado as dificuldades da evangelização na ilha, onde contava apenas quatro cristãos convertidos, dois deles fora da cidade, e que era obrigado a ir visitar de táxi, e uma descendente de convertidos no século XVI. Para viver, o jovem padre trabalhava numa padaria, era trolha e distribuía o correio da cidade. O missionário ia buscar-me para me levar à missa dominical. Não lhe quis dizer que não costumo ir à missa, pois temi desanimá-lo na sua difícil tarefa e compreendi que o pobre pastor implorava a minha presença para estimular o seu escasso rebanho. E, olhando-o bem, vendo-o assim jovem, belo, com uma dessas caras simpáticas e abertas que agradam às mulheres, perguntei-me que milagre da fé o havia retirado aos triunfos e prazeres do mundo para esta vida inglória e isolada, a converter

cépticos pagãos. E acompanhei-o à igreja. Não parecia exactamente uma igreja; era uma pequena casa de habitação, de estilo japonês, cuja sala principal havia sido adaptada ao culto. O altar fora improvisado sobre uma pequena escrivaninha, na frente da qual se havia apostado uma cruz. Ao lado via-se, como em toda a casa japonesa, o lugar das flores, o *tokonoma*, com um arranjo de duas flores campestres num vaso rústico. A simplicidade natural e a alegria radiosa do sol da manhã davam ao conjunto a candura primitiva das alvoradas do cristianismo.

Havia dúzia e meia de fiéis, quase todos mulheres jovens, duas ou três crianças. O japonês do moço sacerdote era espaçado, inseguro, com uma forte pronúncia estrangeira. A homilia foi duma singeleza encantadora, numa gramática de principiante, como devia ter sido a dos primeiros missionários. Os fiéis fizeram semicírculo em volta do pastor: ambiente simples e pobre, com aquele intenso sentimento de comunidade que imagino na Ceia de Cristo. Fui o único a ficar fora do grupo; tomou-me, no entanto, uma onda de comunhão tão profunda com o grupo unido no espírito cristão, que nunca experimentara tal exaltação espiritual, tal plenitude, na comunhão da hóstia nos meus tempos jovens de devoção religiosa. Um impulso interior, um premente desejo de unir-me à comunidade, propelia-me à celebração litúrgica. Reteve-me apenas a ideia de que tal passo poderia criar, agora ou mais tarde, ao meu filho, pequenino e inocente, no meio do semicírculo, dúvida e perturbação sobre a coerência e a sinceridade do meu proceder. Hoje sinto um agudo arrependimento, por ter perdido a oportunidade de me elevar ao extremo da exaltação espiritual e da comunhão mais profunda com os portugueses que, perdidos nesta terra longínqua, ajoelhavam e rezavam a Deus que lhes diminuísse as penas e os trabalhos. A Igreja há muito que me fez perder a fé: mas outra a substitui – a fé na redenção do homem pelo esforço de erguer-se para além dos seus próprios limites. Ajoelhei em templos budistas, xintoístas, taoístas, em mesquitas e sinagogas, em todos com a mesma veneração pelo divino que reside no coração dos homens e o mesmo respeito por aqueles que o adoram. Que mesquinho preconceito me fechou então a alma a um grande gesto de comunhão humana e universal?

A cerimónia da comunhão terminara. A pequena comunidade respondia em coro às preces do sacerdote. Findou a missa. Então o missionário veio, tímido e insistente, pedir-me que falasse aos fiéis. A manhã era divina; o sol glorioso arremessava pela sala auréolas de ouro sobre as cabeças negras das japonesas, lançava estilhaços de luz sobre o vaso de flores no *tokonoma*. Olhei longamente o verde da relva cintilando contra o infinito espelho do mar, lá ao fundo, onde um dia caravelas se embalaram. A manhã

vibrava de luz diáfana que tornava as próprias coisas luminosas, esparzia-se sobre a beleza suave das jovens japonesas em frente de mim, que me envolviam num sorriso límpido. Eu estava ali, era um deles, dissolvido na elevação desse momento extremo e fora do tempo, pressentindo desse instante o absoluto e o irreal. Aquela missa era também a primeira missa rezada por homens abandonados, quase perdida a esperança de voltar a Portugal. Pensei na «Missa sobre o Mundo» que o padre Teilhard de Chardin meditou no deserto de Ordos, na solidão das estepes da Ásia, a missa que ele não pôde celebrar e devia ter sido como esta, simples e cósmica, aberta a todas as crenças, símbolo da união espiritual de todos os homens do Oriente e do Ocidente. E falei àqueles japoneses que me fitavam com curiosidade e de corações abertos às palavras que iam ouvir. Falei-lhes do amor dos homens. Na sede do encontro humano que ali trouxera homens do meu país, sobre barcos frágeis e através de dores sem conta, só para responder ao anseio de descobrir a verdade do homem. Da herança de amizade, cimentada em sangue, bondade, ideal e muito sofrimento que paira sobre Portugal e o Japão e que os deve unir. Duma missa igual àquela, sobre a terra virgem, há quatrocentos anos, em acção de graças ao Deus que dá ao homem a esperança de salvar-se através de tribulações e de assombros. Falei de amor e de paz entre os homens. Já não sei precisamente o que disse. Lembro-me só que um sorriso caloroso e amigável em todos os rostos acolheu as minhas palavras e me penetrou de felicidade inefável. Não esquecerei mais a alegria da salinha iluminada de sol e de fraternidade pura.

Depois da missa fomos ver a escola do «Ninho dos Pequenininhos», da qual a igreja faz parte. Senti-me fascinado pelo mundo maravilhoso duma aula infantil. Nos tempos em que, acabado de sair da Universidade, ensinava nas últimas classes do curso liceal (onde tinha alguns alunos mais velhos do que eu), escapulía-me nas horas vagas para as classes infantis e adorava perder-me entre a purificadora alegria das crianças. Estas salas dos jardins infantis japoneses respiram um encanto e uma fantasia incomparáveis: é uma sociedade gentil, de caprichos e de minúsculas formas que surpreendem e deslumbram, impelindo a nossa imaginação para um mundo inesperado, em que são reis estes pequenos bonecos vivos, cuja inocência, como em todas as crianças insondável, consola e entristece contemplar – por se saber que um dia será perdida.

Voltámos ao hotel, na companhia do missionário. Imaginei a sua vida de único ocidental isolado na pequena ilha, inteiramente devotado à sua obra. E pensei nos portugueses que, há três séculos consagrados à mesma obra, ficaram para sempre no

Japão. E, medindo a transcendência do dever que me trouxe a este país, sentia um peso na consciência à ideia de partir e interromper uma obra, de trair o dever de ficar no Japão para sempre, e aqui morrer como os portugueses que cá ficaram trabalhando, uns obscuramente, outros com glória, para dilatarem o nome de Portugal.

(Figuras de Silêncio, pp. 83-99)

A CIDADE DO CHÁ E DA CRUZ

Sakai é hoje uma cidade de meio milhão de habitantes, de largas avenidas arborizadas e alguns jardins abertos no meio de quarteirões de grandes prédios de cimento ocupados por escritórios e oficinas. Fica tão junta a Osaca que seria impossível distinguir-se os limites entre as duas cidades se não fosse o rio Yamato a dividi-las.

É uma cidade industrial moderna, muito activa: produz e exporta, sobretudo, ferro, bicicletas e produtos químicos. Quando se vem da vizinha Osaca, a segunda maior cidade do Japão, com quatro milhões de habitantes, fica-se com a impressão de que Sakai é uma cidade pequena. Pertence à região industrial do Kansai, que engloba Osaca, Quioto e Kobe e que é a mais importante do Japão a seguir à região de Tóquio.

Mas não foi assim há quatro séculos: Sakai era uma grande e próspera cidade e Osaca apenas um descampado; no lugar de Kobe existiam apenas pequenas aldeias de pescadores. A sorte de Sakai começou a declinar quando Hideyoshi construiu o castelo de Osaca e à volta deste lançou uma cidade enriquecida pelos palácios que os grandes senhores foram obrigados a edificar. A proibição de os Japoneses saírem do país, primeiro decretada em 1635, e as medidas tomadas contra os mercados chineses ali residentes acentuaram a decadência de Sakai, enquanto Osaca aumentava cada dia a sua importância comercial.

Quando os Portugueses chegaram, Sakai era o «principal porto» e o maior centro comercial de todo o Japão. Ali iam ancorar os barcos que faziam o comércio do Japão com a Coreia e a China meridional. A lenda atribuía a sua fundação à deusa dos marinheiros, Watazumi; a pesca e o sal constituíam o grosso do seu comércio. O porto de Sakai era muito frequentado pelos barcos portugueses. Ali aportou S. Francisco Xavier em Janeiro de 1551. Segundo ele, haveria então na cidade mil mercadores. Dez anos mais tarde, o padre Gaspar Vilela ali vai fundar uma comunidade cristã, instalando-se em casa do rico mercador Hibiya Riokei, que depois se converteu e baptizou com o nome de Diogo, e a quem o padre Valignano, que também por ele foi aposentado, chama «coluna da cristandade de Sakai».

O padre Francisco Pasio, escrevendo ao provincial napolitano, diz-lhe que Sakai é a «Veneza destas partes». O padre João Rodrigues descreve-a assim: «A cidade de

Sakai, tão nomeada por seu trato, e onde desembarcou o padre B. Francisco quando foi ao Camy, foi antigamente governada a modo de república – por estar isto do Japão em contínuas guerras civis, uns com os outros – pelos cidadãos; agora é do senhor da Tenca, que ali tem governado.» O Kami era o xógum e a Tenca o país do Japão. Mais adiante, na sua *História da Igreja do Japão*, num dos capítulos acerca da arte do chá, *cha-no-yu*, que são do mais perspicaz e profundo que se tem escrito sobre esta refinada arte nipónica, o agudo jesuíta fala de novo da cidade de Sakai em termos encomiosos: «Teve princípio este modo de Chanoyu, que se diz Suky, na célebre e opulenta cidade de Sakay, a qual é mor empório e de mais grosso trato de todo o Japão, governada nos tempos atrás até Nobunaga e Taicô a modo de república sem reconhecer senhorio alheio por muitos anos, por ser mui forte, e como corte do Japão, onde há cidadãos mui ricos e abastados e gente mui nobre, que de várias partes ali se recolhiam por causa dos vários sucessos de guerra; na qual cidade os que tinham posses se davam ao Chanoyu em grande modo, e pelo trato que tinha com todo o Japão e ainda fora do reino havia naquela cidade as melhores peças de Chanoyu afora as de Figaximadono. E, pelo contínuo exercício de Chanoyu entre si que ali havia, saíram ali as pessoas mais eminentes que houve nesta arte.»

Sakai, continua Rodrigues, fica «situada em uma campina na praia do mar, seca, sem frescura nenhuma, ou antes em um areal cercada da costa brava do mar pela parte do poente, e à roda dela não há frescura de fontes e arvoredos, nem lugares solitários e saudosos acomodados ao Suky, como há na cidade de Miyaco. E por quanto os moradores que habitam dentro das caves, a cerca da cidade, são muitos os sítios das casas antes que agora ultimamente se reedificassem depois da guerra universal, eram tão estreitos pela maior parte que não podiam os moradores dentro ter jardins, nem quintas frescas de arvoredo em que se recreassem, e fizessem as casas para convidar ao Chá».

Por aqui se vê o pormenor do conhecimento que o autor revela da cidade, da maneira de vida e de ser dos seus moradores e até das observações sociológicas que perspicazmente expende acerca da influência do condicionalismo geográfico da cidade na arte do chá.

A arte do chá está intimamente ligada à propaganda do cristianismo. Os missionários tinham nas suas casas uma sala especial destinada ao rito do chá, para, por esse meio, desenvolverem relações sociais com autoridades e notáveis japoneses e para, na atmosfera serena da casa do chá, *chaseki*, propagarem os ensinamentos da doutrina cristã.

Não surpreende, pois, que outros missionários se refiram à particular significação de Sakai na arte do chá. Valignano menciona alguns objectos da arte do chá, de valores astronómicos, feitos por grandes artífices, e pertencentes a ricos-homens de Sakai.

Os missionários desembarcaram em Sakai e logo começaram a exercer ali a sua acção, que depois desenvolveram fundando uma igreja. O padre Gregorio Céspedes, numa carta datada de 30 de Outubro de 1585, informa que «levantou este ano o padre Organtino uma casa e habitação de quatro sobrados, coisa bem acabada e formosa, e em cima do telhado dela está levantada uma cruz grande, dourada e lacada, que dá alegria e resplendor a toda aquela cidade».

Esta cruz que «se vê do mar longe», diz o eloquente Luís Fróis, «é a primeira bandeira de Cristo que naquela populosa cidade se tem contra o Demónio arvorada entre quatro mosteiros de bonzos que a cercam».

Mais tarde os Jesuítas compraram outro lugar mais «largo e acomodado» para construírem nova casa.

A residência dos Jesuítas em Sakai manteve-se até ao decreto de expulsão de 14 de Fevereiro de 1614, onze dias após o qual foram obrigados a emigrar para outras partes do Japão, especialmente Nagasáqui.

A história da obra de cristianização de Sakai, com as brilhantes esperanças do começo, dos missionários que ali trabalhavam ou por ali passavam a caminho de Quioto, os êxitos da propaganda da fé e das relações sociais daqueles com os notáveis de Sakai e, finalmente, os sofrimentos e martírios da perseguição estão documentados nas cartas e livros dos missionários de então. A Sakai depressa chegaram as primeiras espingardas que entraram por Tanegashima e depressa ali se estabeleceram as primeiras fábricas de armas.

Teve papel de primacial importância a cidade de Sakai nas relações com os Portugueses no século cristão.

É, pois, natural que fosse em Sakai, cujo porto frequentemente nessa época acolheu os Portugueses, que em 1970 se erguesse um monumento comemorativo do «Encontro entre o Oriente e o Ocidente», da autoria do escultor português Jorge Vieira. O monumento, que estivera antes junto do Pavilhão de Portugal na Exposição Mundial de Osaka de 1970, foi oferecido pelo Governo Português ao Município de Sakai. Está implantado no principal jardim da cidade querida de S. Francisco Xavier.

Reunidas assim as três memórias no mesmo lugar, o Jardim de Sakai será, na verdade, um ponto de exaltação do entendimento entre o Oriente e o Ocidente.

Seria imperdoável que um português passasse pela cidade de Sakai e não prestasse culto ao chá. Em Sakai, pois, tomei parte na cerimónia do *cha-no-yu*, cerimónia difícil e quase religiosa em que, como os portugueses de antanho, com grande veneração me iniciei. Wenceslau de Moraes, divagando ao seu modo simples e aliciante sobre o *culto do chá*, transmite com felicidade a sua poesia, mas não chega a descrever a cerimónia. João Rodrigues, que vai ao fundo de tudo, faz uma descrição sociológica pormenorizada e bastante seca, deixando de fora os seus lados poético e místico. Vamos, pois, tentar verter, pela primeira vez em português – já que outros, que bem melhor podiam, o não fizeram –, a beleza estética deste rito. A cerimónia do chá, que veio da China, e que, além de prenda indispensável de toda a mulher japonesa, foi adorno e requinte dos grandes políticos e guerreiros samurais, continua a fazer parte da educação obrigatória da rapariga casadoira.

A cerimónia do chá é o sumo primor de cortesia e convívio social de todo um povo altamente educado, cujos hábitos diários são impregnados do prazer estético, do culto da beleza. Como acontece frequentemente nas sociedades requintadas, as expressões estéticas tomam uma projecção religiosa: a beleza envolve-se de hierático mistério. Assim, em certas épocas da história da China e do Japão, a caligrafia teve honras de religião.

Pode agora compreender-se como a cerimónia do chá se tornou num rito em que, por meio de gestos sublimados, por movimentos hieráticos, se atinge a serenidade, o sumo prazer espiritual do convívio, a comunhão estética e mística dum grupo, a serenidade e a graça em que o eterno se reflecte.

A nossa cerimónia do chá na cidade de Sakai teve lugar no edifício duma das maiores firmas industriais do Japão. Subimos ao décimo quinto andar, ao escritório do director, moderníssimo e prático: na vasta secretária uma dúzia de botões comandando misteriosos aparelhos electrónicos para comunicar com colaboradores ocultos, pequenos rectângulos de televisão ligados aos vários andares do edifício, muitos telefones de várias cores e feitios; quadros de pintura abstracta nas paredes; poltronas moles e profundas; ar condicionado rescendendo incenso; estatísticas, mapas e organigramas. Depois descemos ao jardim japonês, nas traseiras do edifício: todo simplicidade, paz e

verduras umbrosas, velhos penedos artisticamente dispostos, relvas e musgos húmidos, um verde intenso que nem uma flor salpicava. O renque de árvores e a sebe espessa circundante, como em todos os jardins japoneses, que costumam ser de reduzida área, davam a ilusão de que o jardim se prolongava em fundos vastos de verduras amenas. Admirámos as árvores uma por uma, louvámos a beleza de cada pedra, pisámos com respeito as velhas lajes do carreiro. No canto mais suave adivinhava-se, escondida entre ramos, a pequena casa do chá, *chaseki*, no extremo da vereda de largas pedras rústicas, incrustadas na relva num acaso minuciosamente calculado, polidas durante séculos pela corrente de algum bucólico ribeiro – e que no Japão custam fortunas. Ao lado do carreiro lavámos as mãos e purificámos a boca num gotejo de água que corria numa cana verde de bambu sobre a concavidade aberta numa rocha coberta de musgos aveludados.

No fundo do carreiro abria-se a pequena porta da casinha do chá, tão baixa que não podíamos entrar sem nos inclinarmos. O nosso hóspede ajoelhou diante da panela de água, *kama*, que um punhado de brasas fazia ferver. Sentámo-nos em frente dele, admirando a caligrafia e a sageza do poema escrito no *kakemono* que do lado oposto pendia: «Sobre a cerejeira que começa a florescer / Um velho rouxinol / Trila o seu último canto.» No *tokonoma*, altar doméstico, um vaso rústico com uma flor de cardo. Então o dono da casa entregou-se ao rito da cerimónia, absorvido, grave, espiritual, como um sacerdote que celebra divinos mistérios, enquanto os hóspedes esperavam, respeitosos e modestos. Lavou o vaso, uma chávena rústica elaborada pela arte dum famoso artista; lançou o pó verde do chá com uma colherzinha de bambu, *chashaku*, e a seguir dissolveu o pó na água energicamente, servindo-se numa espécie de pincel de bambu, *chasen*. Entretanto, uma jovem de quimono azul-celeste pintado de flores de nenúfar viera depor diante de cada um de nós um pratinho com um doce azul-dourado, da forma dum flor de lírio. O mestre de chá, concentrado na celebração ritual, aprontara a primeira chávena, que, sempre de joelhos, colocou diante da sua coadjutora com uma vénia. Esta, ajoelhando e inclinando-se numa vénia profunda, tomou a chávena em ambas as mãos e, sem se levantar, arrastando-se docemente sobre os joelhos e inclinando-se de novo, pôs a chávena com o chá verde na minha frente, depois de dar à chávena uma volta e meia para a esquerda, de modo a ficar em frente dos meus olhos o centro do desenho decorativo. Com vénia igual, agradei, movi a chávena uma volta e meia para a direita, para não tocar o desenho com os lábios, e bebi demoradamente, com o ar meditativo de quem experimenta uma volúpia calma. Depois limpei os bordos da

chávena com uma folha de papel de arroz dobrada, como na missa o sacerdote faz ao cálice, admirei atentamente a chávena por todos os lados, proferi algumas frases louvando a sua beleza simples, pu-la em frente de mim para que em seguida a minha companheira, com uma vénia, pudesse pegar nela, admirar, elogiar por sua vez. O oficiante havia preparado nova chávena de chá, que do mesmo modo a coadjutora tomou nas duas mãos e foi levar à minha companheira, avançando agora direita e graciosa, com cinco passos hieráticos, os pés deslizando, de *tabis* brancos, sobre o chão de *tatami*, tal como os actores do teatro *nô*.

Repetiu-se o rito de volver a chávena, beber o espesso chá verde lentamente e sem interrupção, limpar a chávena, admirá-la, depô-la no chão, inclinar-se perante a graciosa coadjutora, que veio buscá-la com a mesma vénia e os mesmos passos hieráticos.

Esta cerimónia quase religiosa, que decorreu num ambiente discreto e sereno, de falas apenas murmuradas, gestos medidos, atenciosas reverências, deixou na alma de cada um de nós um sentimento de profunda paz. O mundo exterior de actividades apressadas, da ruidosa e frenética confusão das turbas e dos espessos rios de automóveis que avançam nas ruas, parece ficar muito longe desta pequena ilha de tranquilidade, onde se celebram por um rito milenário os doces prazeres do convívio, as delícias da harmonia do espírito.

A comunhão no espiritual enlevo, a finura, austeridade e pacificante harmonia dos hieráticos gestos já te sugeri certamente, leitor amigo, a semelhança com os gestos do sacerdote católico na celebração da missa. Na verdade, o maior de todos os mestres de chá, Sen Rikyu, que fixou as regras, consagradas depois pela prática de quatro séculos, foi amigo dos missionários em Quioto e tomou vários elementos da liturgia católica para enriquecer a cerimónia do chá. Esta surpreendente influência na mais nipónica de todas as artes pode dar ideia do prestígio que os Portugueses conquistaram no País do Sol Nascente.

(*Figuras de Silêncio*, pp. 113-121)

UMA CIDADE ASSASSINADA

Yokoseura é uma baía azulínea e mansa, de águas límpidas, que banham praias verdes, cobertas de uma vegetação mimosa, colorindo a água de folhagens, em reflexos luminosos, de que ressaltam as copas altas dos pinheiros. Uma ilhota arredondada, cone de verdura surgindo no meio das águas, Hachinokojima parece, de longe, impedir a saída para a grande enseada de Omura, de águas igualmente claras e tranquilas, manchadas ao fundo, à entrada do oceano, pela fumarada industrial do porto de Sasebo. Porém, do lado de Yokoseura, tudo é verdes doces, ondulações suaves, sob a paz luminosa dum céu muito azul. Em frente ao ilhéu, a pequena aldeia de Yokoseura estende ao sol as suas redes, ostentando à entrada um monumento simples de granito branco com uma inscrição numa estela de mármore negro, que comemora a chegada do primeiro barco português: «Aqui vieram os barcos dos Bárbaros do Sul.»

Esta aldeia de duas dúzias de casas é hoje tudo o que resta de uma próspera cidade cristã que há mais de quatrocentos anos os Portugueses aqui fundaram. Nestas águas, que ao meio-dia desta jornada de sol glorioso se tingem de tons verde-roxos, fundearam caravelas, e na praia escura, enquanto se negociava a mercancia, os jovens marinheiros, vindos do longe Portugal, galanteavam as mimosas filhas do Nippon. Nas ruas da pequena cidade, que hoje a floresta cobre, desfilavam procissões animadas pelos hinos cristãos, pelo oiro dos andores rebrilhando ao sol, pelas cores vivas de mantos e túnicas das imagens santas e pelos alegres quimonos de festa dos devotos, que sobre a cabeça ostentavam coroas de flores. À noite, as luzes das velas e círios das procissões acendiam nas águas da baía jogos de reflexos e nas enseadas tranquilas repercutiam-se as harmonias dos cantos e das orações. A vida em Yokoseura era animada pelo comércio dos Portugueses e caracterizava-se pelo seu fervor cristão. Todos os convertidos da área tinham vindo residir na pequena cidade, para cultivarem em comum a nova fé trazida pelos homens do Ocidente, que com tanta sinceridade a proclamavam pela palavra e pelo exemplo. O dia de maior festa da cidade era o dia de Páscoa, em que se organizava uma procissão «com tanta alegria que não pode descrever-se», diz um cronista.

Na pequena aldeia de Yokoseura vivi dos momentos mais felizes da minha vida, momentos profundos, inolvidáveis e puros.

Eis como nasceu a cidade de Yokoseura. Quando o padre Luís de Almeida e o irmão japonês Belchior se dirigiam ao pequeno lugar de Yokoseura, no Verão de 1552, foram ali encontrar ancorada a nau de D. Pedro Barreto Rolim, que dias antes chegara de Macau. D. Pedro tivera uma visão: três tardes seguidas lhe apareceu uma grande cruz no ar. Por isso mandou erguer uma cruz de madeira no alto do pequeno ilhéu de Hachinokojima, que passou a chamar-se de S. Pedro, mesmo defronte da povoação. Almeida e Barreto consideraram as excelentes condições naturais da baía e resolveram estabelecer ali um porto e fundar uma cidade. Era senhor daquelas terras o jovem dáimio de Omura, de nome Omura Sumitada, que pertencia à casa de Arima. Este sabia bem que o comércio português trazia rendosos proventos aos senhores dos portos onde os barcos vinham fundear, e deste modo estava crescendo o seu rival Matsuura Takanobu, senhor da ilha de Hirado, mais ao norte. Foram assinados documentos entre o dáimio Sumitada e o padre Luís de Almeida e fundada assim a cidade de Yokoseura e o porto de «Nossa Senhora da Ajuda». Numa das ruas do porto foi estabelecida a primeira casa dos missionários.

Sumitada oferecia aos barcos portugueses todas as facilidades, isentando os comerciantes lusos de taxas por dez anos. Deste modo aumentava os seus réditos e procurava arruinar o seu inimigo Matsuura. Como Hirado se havia mostrado hostil aos Portugueses e um dia o capitão Fernão de Sousa e todos os seus homens ali foram chacinados, os barcos lusitanos abandonaram aquele porto e passaram a aproar a Yokoseura. Por seu lado, os missionários acorreram ali e intensificaram os seus esforços de conversão. O padre Cosme de Torres, o Irmão João Fernandes e vários acólitos japoneses serviram-se da excelente situação geográfica de Yokoseura para estabelecer ali base da acção que estendiam a Omura, a Hirado e mesmo até Arima, onde podiam facilmente deslocar-se. O próprio Omura Sumitada foi convertido, sendo o primeiro dáimio a ser baptizado. Recebeu o baptismo na igreja de Yokoseura, em Junho de 1563, tomando o nome de Bartolomeu.

Yokoseura desenvolveu-se rapidamente, assumindo proporções duma pequena cidade. Este incremento que tomava a cidade e a conversão do dáimio incutiam ânimo e esperança às incipientes comunidades cristãs do sul do Japão.

Porém, o dáimio Sumitada, provavelmente incitado pelos missionários, começou imprudentemente a destruir os templos budistas e a perseguir os seus fiéis. Este facto foi aproveitado pelo filho ilegítimo do dáimio precedente para fomentar uma revolta, que rebentou em Agosto de 1563, em Omura, capital do daimiato. Em Novembro seguinte,

no momento em que os barcos portugueses zarpavam para Macau, Yokoseura foi incendiada e completamente destruída. Os missionários fugiram para Hirado e para o Bungo. O porto e a igreja nunca mais foram reconstruídos.

A pequena cidade de Yokoseura desapareceu para sempre da face da terra. A sua glória brilhou de Julho de 1562 a Novembro de 1563 – vida bem breve para uma cidade!

No ano seguinte, a nau de D. Pedro de Almeida demandava o porto de Yokoseura e fundeu diante do ilhéu de S. Pedro. Vendo que a cidade já não existia e a costa estava deserta, aproou a Hirado, pela última vez. O mesmo fez um ano depois D. João Pereira, que diante da desolação da terra decide ir fundear a Fukuda.

Da cidade de Yokoseura, que os ódios dos homens suprimiram da face da terra, ficou apenas a memória breve.

Conheci o lugarejo de Yokoseura, pobre reminiscência da próspera cidade. Cheguei lá numa manhã de sol criador. Sobre a estrada, ao longo das águas verde-violeta, espargiam-se aromas de balsas e cintilações do mar. De quando em quando um pinheiro desgarrado surgia numa ilhota de dois palmos, entre um penedo e um pequeno *momiji* vermelho, tão debruçado sobre o mar que dir-se-ia enamorado da sua própria imagem ondulante.

Depois, subitamente, ao tornar duma curva, surge Yokoseura. O lugarejo arrumou numa tira de terra modesta, entre a estrada e o mar, as suas duas dúzias de casas pobres de pescadores. Ao cimo da aldeia ergueram, em 1962, o monumento comemorativo que é o símbolo de toda a sua glória. Quase em frente, o ilhote de S. Pedro, encimado de novo por uma cruz de madeira, de oito metros de altura, levantada na celebração do quarto centenário da fundação da cidade de Yokoseura. Ainda há almas piedosas que não deixam morrer a memória dos feitos dos homens e persistem em fazer reviver à terra as suas horas de grandeza.

Parámos ao pé do monumento, juncado de flores, engalanado de fitas festivas. Nenhuma cerimónia estava prevista. Era simplesmente a visita, de passagem, do Embaixador de Portugal. Na minha frente, o pequeno grupo dos habitantes de Yokoseura olhava-me com curiosidade, quase com espanto. Pareceu-me descortinar no olhar daquela gente um fundo de simpatia, de afinidades invisíveis, que quatro séculos de ausência não haviam conseguido apagar. Um impulso irresistível, que me vinha do fundo da alma, levou-me a aproximar-me. Dei uns passos para o grupo. E falei-lhes.

Recordei-lhes como há quatro séculos homens do meu longe país ali tinham vindo visitar os seus maiores para lhes trazer a palavra e o amor do Ocidente. E que eu agora ali voltava para lhes reafirmar a mesma amizade. Em Cristo e em Buda, todos somos irmãos, e o mesmo Sol ilumina todos os homens e fecunda a terra inteira. Em nome de Portugal vinha saudá-los e exortá-los a que nos guardassem a antiga amizade. E jurei-lhes a nossa amizade, em nome deste mar sagrado que nos aproximou.

Respondeu-me o silêncio claro da manhã – e o olhar da gente, agora cordial, de humana compreensão. Depois, inesperadamente, um por um, primeiro os homens, a seguir as mulheres com as crianças pela mão, desfilaram diante de mim e me fizeram a vénia de saudação japonesa, que retribuí, profundamente comovido. Havíamos quebrado quatro séculos de ausência.

A viagem continuava dali para o norte, para a ilha de Hirado.

No caminho, surpresa maior ainda me aguardava. A estrada continua por algum tempo ao longo da baía, depois entranha-se pela espessura verde da montanha e começa a galgar encostas cada vez mais bravias, entre pinheiros esguios e arbustos densos. De quando em quando, a massa verde abre-se e surge uma clareira, onde um lugarejo de três ou quatro casas fumeja, num terreiro alagado de sol. Em frente de cada casal e de cada aldeia que surgia, grupos e mais grupos de homens, mulheres e crianças gritavam-me, sorrindo: – *Yokoso! Yokoso! Porutogaru san! (Bem-vindo! Bem-vindo! Senhor Portugal!)* – E acenavam com pequenas bandeiras de Portugal. Lembro-me de um casal de velinhos, ela pequenina e curvada, ele muito magro, alto e de cabelos de neve, que agitavam bandeirinhas verde-rubras e me saudavam com aquele sorriso puro que só aflora aos lábios dos velinhos e das crianças.

No alto da montanha estendia-se uma pequena aldeia. Parámos na praça, em frente do edificio comunal, e foi a cerimónia de plantar uma árvore. Era uma típica cerejeira japonesa, que não dá fruto, e cujas folhas de pétalas duplas, *zazakura*, são duma alvura leve e luminosa. Recolhi-me; o pensamento no futuro, via a delgada vergôntea tornar-se numa grande árvore um dia, a copa majestosa coberta de florescências, expandindo no céu a sua glória branca, a iluminar de graças a paisagem; e voava ao meu país, formulando o voto de que em breve ali brilhe outra florescência mais bela – a liberdade.

Falei de novo de Portugal, do Japão, da amizade entre os homens, do passado e do futuro.

À tarde chegámos ao pequeno porto de Hiradoguchi e tomámos o barco para Hirado. O pôr do Sol sobre o mar sereno, agora cor de mármore, tinha a beleza

pungente de todos os entardeceres no mar. Na minha imaginação vogavam naus, passavam capitães e marinheiros, ardendo na curiosidade das novas terras, nos olhos a melancolia das longas viagens, de anos ausentes de Portugal. Quando Hirado surgiu, tranquila, ostentando a sua grande igreja e o seu castelo feudal, ao fundo duma pequena baía, no sopé da montanha, senti um estranho alvoroço. Não era a gente que eu lá ia ver, nem era a novidade duma pequena cidade moderna que me alvoroçava – era uma voz clara e imensa, feita das vozes de todos os homens que em barcos lavraram o oceano e que, como eu, foram demandar ao desconhecido, na terra e no mar, o mistério que as vidas passadas dos homens, com todas as suas glórias e sofrimentos, não revela; que está algures em nós, e que urge descobrir antes que a morte nos visite. Aquele contacto com o passado rejuvenescia-me – como era possível que naquela terra longínqua e estranha eu sentisse uma alegria tão profunda e familiar?!

(Figuras de Silêncio, pp. 147-153)

O DESCOBRIDOR LITERÁRIO DO JAPÃO: FERNÃO MENDES PINTO

Foi Mendes Pinto (1509-1583) quem introduziu o Japão na literatura europeia. Partiu para a Índia por 1537 e regressou a Lisboa em 1558. Se ele foi um dos três primeiros portugueses a pôr pé no Japão, como ele conta, ou se é falsa tal alegação, ninguém até hoje pôde ao certo apurar. Os historiadores dividem-se neste ponto como em tudo o mais que toca a esta complexa personagem – há os que gostam e os que não gostam da personalidade de Mendes Pinto, e assim tem sido desde os dias em que ele decidiu, em 1556, mais por irrequieto temperamento do que por mudança de convicções, sair da Companhia de Jesus, onde tinha entrado, dois anos antes, num impulsivo acesso de misticismo, emotivo e momentâneo, mas sincero, como prova o facto de ter entregado a sua enorme fortuna à Companhia e distribuído o restante pelos pobres.

A *Peregrinação* é um livro singular, desvairado, excessivo, apaixonante, que abrange a experiência das várias gerações de portugueses que embarcaram na aventura das Descobertas. A coragem dos soldados e marinheiros, a sua cupidez e falta de escrúpulos, a cobiça do ouro, a crueldade dos homens diante da riqueza, o sofrimento sem nome, a fome que chega ao extremo de comer carne humana, a insegurança e incerteza duma população desenraizada, que acoirava aonde quer que houvesse uma fortuna a ganhar, a miragem dum golpe da sorte, o perigo dos caminhos, o risco das viagens longínquas de que poucos regressavam – todo esse baixo e ávido leilão da vida por dinheiro; e também o fascínio e a estranheza duma humanidade diferente, o raro dos costumes, a opulência e o cheiro das grandes cidades, o pinturesco e colorido duma nova paisagem humana, eis aí a matéria em que o olhar observador e perspicaz de Mendes Pinto incide com uma curiosidade nunca satisfeita, e que a sua pena descreve com calor, penetração e detalhe. A *Peregrinação* é o momento mais humano das Descobertas. Sendo biográfico, o livro de Mendes Pinto acumula a experiência de duas ou três gerações, porque nele o autor utiliza toda a documentação então existente sobre o imenso movimento humano das Descobertas: testemunhos verbais de marinheiros, soldados, mercadores, prisioneiros e indígenas, cartas e relatos de missionários, anais de historiadores portugueses e de alguns orientais. O próprio autor recolhe um monte

incrível de experiências na vida mais variada e incerta que jamais algum escritor viveu: foi nababo e foi mendigo, embaixador e escravo, jesuíta, curandeiro, pirata, mercador, soldado e marinheiro; em vinte e um anos no Oriente visitou a Birmânia, o Sião, a Insulíndia, frequentou as escalas da China meridional, as costas da Malásia, Sumatra, Java, a ilha japonesa de Kiushu e afirma que foi à Tartária, no que nem todos os seus biógrafos acreditam. A *Peregrinação* é o livro português mais conhecido dos estrangeiros, a seguir a *Os Lusíadas*, e certamente muito mais rico de experiência e humanidade. A principal personagem do livro é o autor, uma personagem sensível, solerte, compreensiva e tolerante com a lágrima fácil, curiosa e irrequieta, ora vaidosa, ora modesta, que se destaca mas nunca pretende passar por herói. Ele foi mesmo já classificado como anti-herói, o que mostra modernidade neste tempo contrário a heroísmos e delirante do seu medíocre sucedâneo, a publicidade.

Mendes Pinto escreveu o seu livro só uma dúzia de anos depois de ter regressado a Portugal, de casar e assentar o espírito no tranquilo retiro da sua casa de Almada. Foi publicado trinta e um anos após a morte do autor, em 1614, e confiado ao procurador da Casa Pia dos Penitentes, visto pelo padre João de Lucena e revisto por Francisco de Andrade. Nunca se saberá quanto a censura da Inquisição alterou e suprimiu. Foi Mendes Pinto que verdadeiramente revelou o Japão à Europa e o compreendeu antes dos Jesuítas – facto considerado espantoso, que tornou logo famoso o autor em todo o continente europeu. Os biógrafos de S. Francisco Xavier foram haurir aos capítulos de Mendes Pinto sobre o Japão, e João de Lucena é acusado de reproduzir os seus erros.

Tocamos aqui o ponto de acérrima contestação da *Peregrinação* – a falta à verdade. Não é preciso ser erudito para verificar que Mendes Pinto cai em contradições e falta muitas vezes à verdade; e a incorrecção mais frequente é a troca de datas e de lugares. Mas poderá honestamente exigir-se rigor e exactidão a alguém que escreve acerca de factos ocorridos tão longe no lugar e no tempo – alguns a quarenta anos de distância –, numa época em que a documentação era insuficiente e o juízo crítico ainda nublado por lendas? (Lembrem-se as descrições fantasiosas dos animais da Ásia desconhecidos na Europa, por António Galvão, dos cavalos-marinhos e dos parasitas dos elefantes, por Frei Gaspar de S. Bernardino, e, para não ir mais atrás, de Marco Polo e da sua descrição da ilha de Agama, onde todos os homens «têm cabeça de cão e dentes e nariz semelhantes aos dum grande mastim», gente má «que come todos os homens que pode apanhar» – homens-cães que ingenuamente mostram as ilustrações do *Livre des*

Merveilles da Biblioteca Nacional de Paris.) Porquê censurar nos outros a falta daquilo que eles, críticos, não têm – a imaginação?

Ora Mendes Pinto, como dissemos, procurou não fazer história nem biografia, mas fundir numa criação literária o conjunto da experiência portuguesa das Descobertas. Provam que não teve em mente o rigor histórico: a imaginação de artista, a vivacidade, fantasia, cor, variedade, o inesperado do enredo e do exotismo, o propósito de surpreender e encantar, que são a característica e qualidade do grande escritor. Estas qualidades juntam-se à perspicácia com que observa os costumes, à tolerância com que admira, à penetração com que descreve as instituições e o carácter das relações sociais e à visão com que traça o vasto quadro das condições económicas, políticas, humanas e ideológicas da expansão ultramarina portuguesa. Muitos dos nossos historiadores, e alguns estrangeiros tão inimaginativos como eles, persistem em deslustrar Mendes Pinto, como se ele não tivesse aspirado a ser muito mais que historiador – escritor e moralista que quis fundir numa criação literária vasta e multiforme toda a experiência humana dum das mais extraordinárias épocas da História. *A Peregrinação*, como todos os grandes livros, é uma obra excessiva, e por isso é inabrangível por eruditos. Mas também não se pode concluir por isto que não seja verdadeira. Pode muitas vezes não ser exacta, mas isto não implica que falte à verdade essencial das coisas. Dou um exemplo do que conheço melhor – a parte relativa ao Japão. Alguns reputados historiadores têm afirmado que a topografia, como as personagens, são imaginárias; Georges le Gentil concebe «dúvidas sobre o relato das discussões de Xavier com os bonzos». Ora a verdade é que a discussão de Xavier com o bonzo Furucandono é o mais verosímil e hábil relato dum discussão que é possível ter existido entre um missionário do carácter de Xavier e um monge budista. Todos os argumentos fundamentais que os budistas opunham aos cristãos são ali invocados: o argumento da reencarnação, baseada no budismo; porque negava o cristianismo alma aos animais?; porque não previu Deus, ao criar os anjos, a rebelião e queda de Lúcifer, e, se a previu e é infinita a sua misericórdia, porque a não evitou, poupando tanto mal aos homens?; porque não enviou Deus ao mundo Cristo, seu Filho, antes de Adão ser tentado pela serpente? Não falta mesmo a observação de que a pronúncia da palavra «Deus» em japonês soa como *Dai uso*, «grande mentira». Quem haja lido os documentos da época e conheça o budismo sabe que estas eram as principais objecções postas aos missionários e às quais o budismo dá resposta mais satisfatória do que a dada então por S. Francisco Xavier – que, segundo Mendes Pinto, respondia apenas que tais perguntas eram inspiradas pelo

Demónio. E a bem da inteligência de Mendes Pinto se deve sublinhar que ele não parece convencido das razões dadas pelo santo para responder a «umas razões tão agudas».

Creio que este exemplo demonstra bem claramente a natureza da verdade de Mendes Pinto: é possível que esta discussão não tivesse tido lugar, nestes termos, e que Furucandono seja até uma personagem imaginada, mas a verdade essencial, de nós hoje conhecida, é que S. Francisco e todos os outros missionários tiveram discussões semelhantes com bonzos, em que aqueles mesmos argumentos foram invocados: deles a súpula mais completa é dada por Luís Fróis na *Historia de Japam* (I, cap. 7).

Infelizmente, a reputação de Mendes Pinto continua a sofrer do menoscabo que os membros da Companhia de Jesus vêm lançando sobre ele desde há quatro séculos, continuando a vingança por ele ter abandonado a Companhia, que «deliberadamente apagou, alterou, ou omitiu o nome dele dos seus livros e escritos que aludem à sua temporária participação na Companhia» (Charles Boxer).

Dúvidas ou acusações semelhantes às lançadas contra certas afirmações do autor da *Peregrinação* não são opostas a relatos mais que suspeitos, ou obviamente incorrectos, firmados por historiadores como João de Barros, cuja honestidade ninguém pôs em dúvida, mesmo, por exemplo, em passos como os que se referem à história dos Mongóis, sobre os quais, segundo Barros, os Persas «escrevem em suas crónicas que estes Mongoles descendem de Magog, neto de Noé, Patriarca das gentes, filho de Jafet» (IV, p. 300), fantástico asserto que Diogo do Couto repete na larga relação sobre os Mongoles (*Décadas*, I, cap. 7, e X, caps. 1 e 2), e Faria e Sousa continua e expande (*Asia Portuguesa*, II, cap. 8). Este exemplo, a que outros poderiam acrescentar-se, pretende apenas mostrar que não se podem exigir aos escritores de seiscentos, que não dispunham de fontes fidedignas nem conheciam as línguas asiáticas, rigor e verdade que levaram quatro séculos a atingir. Os erros de Mendes Pinto sobre o Japão, a China, a Índia, não são maiores do que os dos historiadores seus contemporâneos mais reputados.

Foi má sina de Mendes Pinto ter nascido num país de historicistas. De Marco Polo, que expende muito mais fantásticas ocorrências, tem-se escrito no seu país que as suas notícias são tão «positivas que podem ser hoje perfeitamente controláveis» e que ele verdadeiramente «inicia a literatura científica moderna» – atendendo apenas à natureza própria do livro e ao essencial dele, pondo de parte detalhes que, embora falsos ou

fantasiosos, não contradizem a verdade fundamental do relato desta extraordinária aventura humana.

De Mendes Pinto têm sido demonstradas algumas incorrecções e muitas mais lhe têm sido assacadas sem prova suficiente (como a de não ter sido ele que assistiu ao príncipe do Bungo num acidente de arcabuz levado pelos Portugueses em 1543). Muitas vezes Pinto inventa palavras e frases em línguas que não conhecia, ou conhecia mal (parece que falava bem o malaio). Assim faz nos capítulos sobre o Japão; mas aqui o mais surpreendente ainda é que escreva, a par de outras sem significado algum, palavras compreensíveis e exactas, apesar dos muitos anos que haviam passado sobre a sua última viagem ao Japão. Na longa enumeração dos magistrados chineses, todos os títulos foram identificados, com excepção de um só.

É evidente que Mendes Pinto, como escritor imaginativo, exagera, quer impressionar o leitor – os exércitos de que nos narra as batalhas, por exemplo, são demasiado numerosos: o exército do rei da Tartária tem um milhão e 800 mil homens e perdeu na batalha 450 mil soldados, mais 300 mil desertores, sem falar da perda de 300 mil cavalos. No entanto, estudos pormenorizados têm mostrado que os críticos-historiadores de Pinto têm exagerado também as suas acusações. Para exemplo, um detalhe do relato sobre o Japão: o nome do senhor de Tanegashima, que Pinto dá como «Nautoquim», era negado pelos eruditos japoneses, que diziam chamar-se «Tokitaka». Depois de anos de discussões entre vários especialistas, cuja bibliografia noutro lugar aponte, para confusão dos sábios chegou-se à conclusão de que Nautoquim é a verdadeira transliteração da escrita *kanji*, que dá também na leitura Tokitaka. Outro exemplo: na parte do Sião, alguns nomes de reis não conferem com os verdadeiros, mas na maioria são exactos, embora a grafia não seja correcta; também não estão certas as datas dos acontecimentos, afastadas de alguns meses a dois ou três anos, mas apurou-se serem verdadeiros os factos.

Pedir rigor a um narrador de viagens que tem verdadeiro génio literário é absurdo: o rigor da descrição neste caso mataria toda a originalidade. Vamos demonstrá-lo com a seguinte bela passagem relativa à visita do padre Francisco Xavier ao rei do Bungo:

O padre levava uma loba de chamalote preto sem águas, com uma sobrepeliz em cima, e uma estola de veludo verde com seu savastro de brocado; o capitão ia com uma cana na mão como porteiro-mor, e cinco dos mais honrados e ricos, e de melhor nome, levavam certas peças nas mãos como criados seus: um levava um

livro metido num saco de cetim branco, outro umas chinelas de veludo preto que entre nós se acharam, outro uma cana de bengala com um castão de ouro, outro um retábulo de Nossa Senhora num envoltório de damasco roxo, outro um sobreiro de pé pequeno; e assim com esta ordem e com este aparato passámos pelas principais nove ruas da cidade, onde havia tanta quantidade de gente que até por cima dos telhados tudo era cheio.

Tal qual como num biombo *namban*.

É evidente que não podia Pinto lembrar-se de todos estes detalhes mais de vinte anos depois. Mas o seu génio de escritor inspirava-lhe a visão da riqueza dos panos – do veludo, do cetim, do damasco –, a variedade das cores: preto, verde, branco, roxo e ouro, o aparato da composição do quadro, a posição das figuras e o movimento do cortejo pelas *nove* principais ruas da cidade. Para dar vida e qualidade literária às cenas que descreve, Fernão precisa de as envolver nas cores, posturas, ambientes que conheceu e ainda do que improvisa a sua imaginação e gosto de escritor. Na cena acima descrita, o mesmo faz o piedoso padre João de Lucena, que nunca foi ao Oriente, e, inspirado mais uma vez em Mendes Pinto, compõe um quadro ainda mais pormenorizado, e por isso provavelmente mais fictício ainda. Na *Peregrinação*, o recurso à imaginação literária é muito frequente, como não podia deixar de ser, porque a variedade dos assuntos é tão extraordinária e alguns acontecimentos, apesar de verdadeiros, são tão inverosímeis que o autor foi arrastado pelo desejo de convencer com pormenores exagerados ou impossíveis. Os frequentes diálogos, e sobretudo as cartas, que insere, esmaltadas de circunlóquios e exageros de cortesia oriental, ajudam a reconstituir o ambiente humano, sem poderem pretender nunca ser reprodução fiel.

Além disso, Mendes Pinto, que fala de si sempre com modéstia («pobre de mim», «pouca possibilidade do meu fraco engenho», «não cabem no estreito vaso do meu engenho», etc.), quis construir de si uma certa imagem – o homem que a sorte lança no meio das mais extraordinárias aventuras, que nenhum homem antes de si experimentara. Numa só página há naufrágios, sofrimentos, prisões, venturas e riqueza, roubos, fausto, leilões e mortes. O autor conheceu a miséria atroz da escravidão e o fausto da opulência e teve actos de generosidade e grandeza. Evita, para se enaltecer, fazer-se passar por herói, quando então o tipo dominante do português – tão verdadeiro que ainda perdura hoje nos bairros da Mouraria ou Alfama e entre a nobreza decadente – é o do fanfarrão e

valentiaço, *doublé* de irresistível Dom João. Pinto não se gaba nunca de feitos amorosos, nem fala da atracção exótica das mulheres asiáticas – coisa rara para um livro literário português tão longo – e confessa mais duma vez o seu medo em casos de flagrante cobardia, em que se conduz vergonhosamente para salvar a pele.

Já foi observado que Mendes Pinto não é sincero, que é demasiado artista e subtil para construir o seu livro apenas de verdades nuas. Já foi notado o seu cinismo. Mas é tão profundamente sincera em certos momentos a sua comoção que se lhe adivinham as lágrimas e o sofrimento. Desta complexidade se enriquece o livro que nos deixou, o mais extraordinário livro de aventuras da literatura mundial.

A verdade profunda da *Peregrinação* está na reflexão que ela oferece sobre a experiência humana. Herança de experiência que deixa aos filhos, «para que eles vejam nela estes meus trabalhos e perigos da vida que passei no discurso de vinte e um anos, em que fui treze vezes cativo e dezassete vendido». A viagem, escreveu Montaigne, convida a pensar. É no seu retiro de Almada, depois de tanto viajar, que medita no mistério do destino do homem, na instabilidade da condição humana, que ele sonda mais profundamente por meio da narração das suas infelicidades do que se nos desenvolvesse páginas de filosofia – para o que ele, aliás, não mostra capacidade. E assim a *Peregrinação* fecha por uma céptica reflexão sobre a recompensa moral: «Se eu e os outros tão desamparados como eu ficámos sem a satisfação dos nossos serviços foi somente por culpa dos canos e não da fonte, ou antes, foi ordem da justiça divina, em que não pode haver erro, a qual dispõe todas as coisas como melhor lhe parece, e como a nós mais nos cumpre.» É isto pôr em dúvida a justiça divina, ou apenas queixa amarga da condição humana, jogada aos acasos da sorte, entre frustrações e sofrimentos, no escuro caminho dum destino ignorado, sem que ao homem seja dado sequer entrever a razão da sua dor e da justiça que o condena?

É Mendes Pinto, de todos os nossos escritores da época das Descobertas, aquele que mostra maior tolerância, simpatia, compreensão, e por vezes até entusiasmo, pelos povos e civilizações asiáticas. À China e ao Japão reserva particular interesse, tratando cada um destes países com certo desenvolvimento, e mesmo com afecto.

Para encarecer a China «quase faltam palavras, porque esta excelência tem a terra da China sobre todas as outras: ser mais abastada de tudo o que se possa desejar, que todas quantas há no Mundo». A China tem «um excelente governo, pronta execução das leis, perfeita justiça e goza de mais riqueza do que todas as partes da Europa juntas».

Beijing, para ele, é a mais bela, mais rica cidade do mundo; Londres, Paris, Lisboa, Constantinopla, nenhuma das cidades da Europa e da Ásia «se não podem comparar com a mais pequena coisa desta grande Pequim, quanto mais com toda a grandeza e sumptuosidade que tem em todas as coisas». Desta cidade faz uma longa e pitoresca descrição, incluindo a descrição dos edifícios, da etiqueta a observar nos banquetes e nas estalagens notáveis, das dignidades da corte e outros pormenores.

Do Japão e dos Japoneses traça Pinto os mais rasgados elogios. Foram ali muito bem recebidos, ele e os companheiros. Logo no dia seguinte à sua chegada a Tanegashima, o senhor da ilha mandou-lhes «um grande parau com refresco em que entravam uvas, pêras, melões e toda a sorte de hortaliza que há nesta terra». À noite foram agasalhados em casa dum mercador muito rico, que os «banqueteou muito largamente, tanto nesta noite como em doze dias mais que pousámos com ele». O príncipe da ilha fez mesmo de Zeimoto seu parente adoptivo.

Da gente do Japão diz Pinto que «é naturalmente muito bem inclinada e conversadora». Os Japoneses são «mais ambiciosos de honra do que todas as outras nações do mundo». É «a nação mais sujeita à razão que todas as outras».

Mendes Pinto não só mostra apreço pela gente e pela civilização do Oriente, mas exprime também admiração pelas formas da arte oriental, o que não acontece com outros escritores portugueses que têm os olhos fechados pelo fanatismo religioso. Na *Peregrinação* aparecem por vezes apreciações à beleza da arquitectura e até das estátuas dos ídolos: «Estava um altar feito à proporção da tribuna sobre a qual estava a estátua da Nicapirau, em figura de mulher muito formosa, com os cabelos soltos por cima dos ombros e as mãos ambas levantadas ao céu, tão resplandecente por causa do ouro de que estava coberta que lhe não podiam fixar os olhos direitos, porque os raios que de si lançava cegavam como de um espelho.»

Mostra Mendes Pinto também gosto pelo teatro, fala com apreço dos entremeses, dos autos, farsas e comédias portuguesas, chinesas e japonesas, a que assistiu. Descreve mesmo uma tourada organizada em Liampó, na China, pelos portugueses que lá viviam, em número de mil.

Pinto ocupava o seu tempo no Japão «a pescar, caçar e ver os templos dos seus pagodes, que eram de muita majestade e riqueza».

Pinto, se não foi dos primeiros portugueses a desembarcar no Japão, como ele afirma, esteve lá pelo menos em 1544. Fez mais três viagens a Kiushu e numa delas,

como embaixador do vice-rei da Índia, entregou a carta que deste levava ao dáimio do Bungo. Partiu pela última vez do Japão em 1556.

Transparece em todo o livro uma grande simpatia pelos países por onde anda, a curiosidade e o gosto de descrever costumes exóticos, empregar frases de estranhas línguas, aventurar-se a experiências raras. A linguagem florida e verbosa dos diálogos em que intervêm orientais ou de cartas e mensagens a estes atribuídas mostram a profunda influência asiática que Mendes Pinto sofreu.

A acumulação de detalhes e o vivo realismo com que descreve povos e lugares asseguraram o êxito europeu da *Peregrinação*. Da China já existia o relato de Marco Polo, mas do Japão era até então o mais completo relato feito por um europeu. Isso confere-lhe um lugar à parte entre os escritores ocidentais que escreveram sobre o Japão – Mendes Pinto é o primeiro escritor japonizante.

Não está ainda feita a análise crítica da *Peregrinação* no que toca às referências históricas e geográficas relativas aos vários países por onde o autor andou – e menos ainda se fez tal verificação quanto aos clássicos da história de Portugal no Oriente. Quanto ao Japão, se um dia se fizer, creio que confirmará a fundamental exactidão das afirmações de Mendes Pinto. As menções geográficas da ilha de Kiushu e da pequena ilha de Tanegashima não pecam nem sequer no detalhe. Sob uma grafia inexacta – o que é vulgar nos escritores da época – é fácil reconhecer as cidades e os lugares. Até as distâncias são exactas. Na verdade, a cidade de Funai (que ele escreve Fucheu), capital da província do Bungo, dista cerca de *sete léguas* de Usuki (que ele escreve Osquy), e Tanegashima (Tanuximá) fica a mais de *nove léguas ao sul da primeira ponta de terra do Japão*; o reino do Bungo dista de Tanegashima *cem léguas para o norte*, e é possível que a viagem de Funai a Tanegashima durasse de *sábado pela manhã até à sexta-feira seguinte, sol-posto*.

A descrição da chegada a Tanegashima no junco com três portugueses confere com a tradição e a história. A maneira como é descrita não deixa de modo algum a impressão de que Mendes Pinto está a mentir. O nome dos outros dois portugueses surge natural no fio da narração: Diogo Zeimoto, primeiro, e mais adiante Cristóvão Borralho. Com a mesma naturalidade surge a afirmação «a nova terra do Japão que tínhamos descoberto», a qual só aparece no quinto capítulo dedicado ao Japão.

A chegada de Francisco Xavier a Kagoshima, «pátria de Paulo de Santa Fé», «no dia da Assunção de Nossa Senhora, que é a quinze do mês de Agosto», e depois a descrição das actividades do missionário no Japão, conferem rigorosamente com a

história: a sua viagem a Firando (Hirado), acompanhado pelo padre Cosme de Torres e pelo Irmão João Fernandes (Mendes Pinto chama-lhe padre), deixando os conversos de Kagoshima confiados a Paulo de Santa Fé; a sua viagem a Quioto na companhia de João Fernandes e os grandes trabalhos que passariam no frio do Inverno gelado, o «nenhum fruto» que da viagem resultou em virtude das «guerras e dissensões» entre os senhores feudais, e o regresso do santo a Yamaguchi (Omanguché, escreve ele), onde deixaria o padre Cosme de Torres; o grande êxito que ali colheu, convertendo mais de 3000 almas em pouco mais de um ano, «que foi até 5 de Setembro de 1551»; a sua partida para o Bungo, onde havia aportado a nau de Duarte da Gama, cuja afectuosa dedicação a Xavier, Mendes Pinto e todos os historiadores confirmam. Todos estes factos são tratados em termos paralelos, desenvolvidamente, por Luís Fróis, na sua *Historia de Japam*, que, evidentemente, Pinto não conhecia.

Posto isto, não é difícil acreditar na narração do acidente da espingarda acontecido com o filho do dáimio de Bungo, que, com a curiosidade dos seus dezasseis anos, quis experimentar a espingarda de Mendes Pinto enquanto este dormia, e se feriu carregando o tiro com demasiada pólvora. O caso é contado com tanta perícia e realismo de pormenor que, a não ser verdadeiro, abonaria o grande engenho do autor para construir uma cena com tantos e tão vivos detalhes.

Menos difícil de crer ainda é o episódio do sobrinho do rei (dáimio) de Arima e os complicados sucessos decorrentes da fuga da noiva prometida com o seu amante, a guerra, as cidades saqueadas – acontecimentos frequentes no Japão dessa época e particularmente na instável situação política dos dáimios de Arima.

Mendes Pinto garante a veracidade: «E digo isto porque assim o posso afirmar com verdade, pois ambos estes sucessos vi com meus olhos, e em ambos me achei presente com assaz de perigo meu.»

As observações que precedem levam a concluir pela injustiça da condenação global feita sobre a narração de Mendes Pinto. É verdade que ele conheceu melhor o Japão do que a China e alguns outros países por onde peregrinou. Mas o espírito acanhado dos historiógrafos precipitou-se, sem conhecer a matéria, na reprovação fácil, seguindo beatamente na esteira da má reputação que os Jesuítas lhe criaram. Felizmente os críticos estrangeiros estão a reabilitar a autoridade de Mendes Pinto – não tardará que os nossos se açodem a seguir-lhes no encalço.

Desde logo Mendes Pinto conquistou a admiração dos espíritos abertos – ele tinha a contar coisas extraordinárias, muitas delas porventura enfeitadas e transvertidas em

florituras de maior encanto e divertimento pela imaginação e gosto do contador – imaginação e transversão que constituem a qualidade exemplar do grande escritor diminuído.

(Figuras de Silêncio, pp. 221-236)

O INTRODUTOR DA MEDICINA OCIDENTAL NO JAPÃO:**LUÍS DE ALMEIDA**

Luís de Almeida nasceu em Lisboa, por 1525, de uma família de ricos cristãos-novos. Estudou Medicina, como se vê pelo alvará de D. João III, de 1546, depois de ter prestado provas de Cirurgia perante o principal cirurgião real, mestre Gil. A patente do rei autoriza-o a «usar e praticar da arte e ciência da cirurgia por todos os meus reinos e senhorios». Passados dois anos, parte para a Índia a tentar fortuna como negociante. Da Índia embarca para o Japão, não se sabe quando, passando por Macau, onde, segundo relatos da época, se tornou muito conhecido.

Aos trinta anos, sabemos por carta sua, sente que é tempo de decidir do seu futuro e resolve ficar no Sul do Japão, na província de Bungo, em Funai, em companhia do padre Baltasar Gago, «para que neste tempo me determine na vida que Nosso Senhor me dê a sentir que será para o seu santo serviço e minha salvação».

Em 1556 pertencia já à Companhia de Jesus, à qual no ano anterior doara a valiosa fortuna que havia acumulado. Destinou parte dela a despesas da obra da missão e a outra parte a obras de beneficência. Com esta fundou um hospital em Bungo, e provavelmente um orfanato em que se recolhiam crianças enjeitadas. A dedicação e carinho de Almeida pelas crianças é um dos traços mais tocantes do seu carácter sensível. Neste hospital, custeado por ele, exerce a medicina ocidental e pratica as primeiras operações cirúrgicas no Japão. Em Nagasáqui fundou mais tarde uma misericórdia onde recolhia órfãos.

Deve lembrar-se aqui que, embora nesta época a medicina europeia não estivesse adiantada, muito menos o estavam a japonesa e a chinesa. A medicina portuguesa, com a eminente obra de Garcia de Orta *Os Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Mediciniais*, publicada em Goa em 1563 e logo traduzida em várias línguas, veio enriquecer a medicina europeia com novos e valiosos conhecimentos recolhidos na medicina e botânica indianas.

Almeida estabeleceu também uma farmácia, que abastecia de drogas que mandava vir de Goa, de Macau e da China.

O hospital era administrado por uma pequena confraria, que estendia a sua assistência mesmo às despesas com enterros. Este hospital tinha grande êxito, e em

1559 construiu-se um novo edifício. A sua fama espalhou-se a todo o centro do Japão, ao Sul e até ao Norte, e de toda a parte acorriam enfermos em grande número.

Sabe-se que Almeida ensinou a medicina e criou discípulos japoneses e europeus. Ensinou seguramente «o uso de unguentos, de cauterização, o tratamento de feridas produzidas por tiros, e por certo também a terapêutica do cancro e das fístulas».

Ainda ao tempo de Almeida, um outro português exercia a medicina no Japão, começando na província do Hizen e indo depois para Osaca; adoptou o nome japonês de Keiyu. Fróis dá notícia de um excelente cirurgião português, e deve ser este que veio para o Japão no último quartel do século XVI. Um outro português, ex-jesuíta, Cristóvão Ferreira, atrás mencionado, que depois de apostatar tomou o nome de Sawano Chuan, conhecia e praticava também a cirurgia e instruiu, a partir de 1633, alguns japoneses; escreveu um tratado, *Cirurgia dos Bárbaros do Sul*, «que pertence às melhores obras sobre este assunto». Um dos seus alunos foi Nishi Gempo, fundador da escola «Nishi», médico de câmara do xógum e encarregado pelo governo de dar lições de fisiologia.

Almeida exerce juntamente as suas actividades de médico e de missionário, aproveitando, tanto ele como o seu próximo colaborador, o Irmão Duarte da Silva, todas as oportunidades para doutrinar e converter enfermos e seus parentes.

Poucos anos depois, porém, a Companhia de Jesus decidiu proibir os seus membros de praticar a medicina, decisão esta censurada pelos Franciscanos, que continuaram a prestar assistência médica e fundaram vários hospitais para leprosos. A escola de Almeida frutificou, porém; os seus numerosos discípulos continuaram a praticar a *namban igaku* (medicina dos Bárbaros do Sul).

Este capítulo da introdução e prática da medicina no Japão é importante e vai ligar-se com a medicina trazida, depois da expulsão dos Portugueses, pelos Holandeses, chamada *rangaku*.

Na década de 1560 Almeida começa a sua obra de cristianização fora de Funai, percorrendo várias partes do Japão. Os actuais historiadores, entre os quais os padres Dorotheus Schilling e Diego Pacheco, que dedicam a Almeida interessantes estudos, seguem os seus passos e a sua obra de conversões e baptismos: vemo-lo pregar e catequizar activamente em Kagoshima, em Yokoseura, em Arima, regressando depois a Bungo, e de novo partindo para Hirado, Quioto, as ilhas de Goto e de Amakusa, e Nagasáqui. Do que vê nas suas viagens nos dá interessantes descrições, umas patéticas,

como as da destruição de Yokoseura, invadida e queimada pelos inimigos dos cristãos, ou o abandono em que viu os cristãos perseguidos em Shimabara; outras brilhantes e entusiastas, como as descrições dos esplêndidos templos e palácios que visita em Nara e Quioto.

Em Amakusa, Almeida entabula negociações diplomáticas com o senhor feudal, com o fim de conseguir facilidades para o estabelecimento do cristianismo. As negociações têm êxito por pouco tempo e Almeida é obrigado a ir-se embora, até melhor ocasião.

Construção de várias igrejas – que não passavam de pequenas casas de madeira onde se reuniam os cristãos japoneses –, conversões por centenas, continuam a marcar os esforços incansáveis deste grande homem de Deus.

Em 1576, no Domingo de Paixão, baptiza o dáimio Arima Yoshinao, ao qual dá o nome de André. Este baptismo abre uma onda de conversões entre os súbditos do dáimio.

Era também dotado de grande tino comercial, ao qual deveu a grande fortuna que doou à Companhia de Jesus; dirigiu com êxito os investimentos da Companhia no comércio das sedas da China, investimentos que foram durante longos anos a principal fonte de subvenção das actividades missionárias no Japão.

Almeida era irmão leigo, e o visitador Valignano, o grande organizador da Igreja no Japão, decidiu mandá-lo com mais três irmãos a Macau, em 1579, na nau de Leonel de Sousa, para serem ordenados. Ia enfraquecido, gasto por muitos trabalhos e sofrimentos. Recebeu as ordens, no começo do ano seguinte, da mão do primeiro bispo de Macau, D. Belchior Carneiro. Passados meses regressou ao Japão, indo missionar para as ilhas de Amakusa. Dali continuou as suas viagens de catequização, apesar de cansado e doente. Morre em casa do dáimio de Kawachinoura, D. João Amakusa Hisatane, em 1583, com sessenta anos de idade, tendo vivido metade da sua vida no Japão. O grande historiador do Japão desta época, Luís Fróis, faz dele este elogio eloquente:

Ele foi o que inventou fazer o Hospital em Bungo junto da nossa casa onde se recolhiam as crianças enjeitadas, filhos de gentios que por sua pobreza têm por melhor remédio matá-los quando nascem. Ele curava, sendo Irmão, por suas mãos, todos os doentes de chagas e podridões afistuladas, e de todas as enfermidades que ali pela fama concorriam, por ser cousa tão nova no Japão; e os remediava corporal e espiritualmente, e tinha ali feito uma botica com tantos

materiais e mesinhas que mandava vir da China, que para tudo se achava remédio em sua caridade. Ele foi sempre o primeiro descobridor das empresas e novas missões que se faziam a cristandades novas, e depois que nelas levava todos os trabalhos, perigos e dificuldades, e deixava os tonos e pessoas principais, já convertidas, então entregava o processo de as cultivar a outras, e tomava de novo outras novas e dificultosas empresas.

Almeida foi um dos mais esclarecidos espíritos portugueses que espalharam a civilização da Europa entre os Japoneses – mais civilizados do que os Europeus em vários aspectos, muito atrasados em outros, como, por exemplo, o da medicina e da assistência às crianças, que, quando representavam bocas a mais, os pais costumavam matar.

A introdução da medicina ocidental no Japão por Luís de Almeida e a sua piedosa obra são lembradas ainda hoje pelos Japoneses. Como já vimos, em Oita ergueram-lhe um monumento e o maior e mais moderno Hospital Central de Oita tomou o seu nome. Em Hondo, capital das ilhas de Amakusa, foi erguido um monumento em sua honra e em Nagasáqui posta uma lápide, na qual se lê, em português e japonês: «Luís de Almeida / Médico e Missionário / O Primeiro Português que chegou a Nagasaki / 1567.» Encontra-se também em Nagasáqui, numa rua esconsa e íngreme, uma pequena coluna de pedra com breve inscrição a lembrar que nesse lugar Luís de Almeida fundou uma misericórdia para recolher órfãos.

O seu nome é sempre citado nos estudos históricos sobre a introdução da Medicina no Japão. A sua acção de espalhar pelo Japão o espírito do Ocidente é inolvidável.

(Figuras de Silêncio, pp. 237-242)

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, sob qualquer forma ou por qualquer processo, sem a autorização prévia e por escrito dos herdeiros de Armando Martins Janeira, com excepção de excertos breves usados para apresentação, divulgação e/ou crítica do site e/ou da vida e obra de Armando Martins Janeira.

No material available from Armando Martins Janeira's site may be copied, reproduced or communicated without the prior permission of his Family. Requests for permission for use of the material should be made to info@armandomartinsjaneira.net.